

# **SEM EDUCAÇÃO NÃO HÁ SOLUÇÃO - UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL COM BASE EM INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**TELMA GONÇALVES CUNHA**  
PUC-SP  
telmagnvs@gmail.com

**ARNOLDO DE HOYOS**  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
arnoldodehoyos@yahoo.com.br

# **SEM EDUCAÇÃO NÃO HÁ SOLUÇÃO - UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL COM BASE EM INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

## **INTRODUÇÃO**

Muito tem se discutido sobre o baixo crescimento do país, porque o Brasil não cresce é a pergunta que órgãos governamentais, especialistas em economia e a mídia têm buscado responder.

Entre os principais fatores abordados estão: carga tributária, taxa de câmbio, inflação alta, investimento baixo, dívida pública alta, previdência, baixos investimentos em infraestrutura, produtividade baixa e educação.

Neste artigo o foco está na educação como fator inibidor do desenvolvimento do país. Estudar como ela está “distribuída” no país, qual o estágio educacional nas regiões brasileiras, em seus municípios, o que define o mapa da desigualdade e quais os fatores dominantes na classificação dos municípios são os objetivos desta análise. Estas respostas podem servir de orientação ao gestor público na definição de políticas para a área.

Para atingir os objetivos utilizou-se o Indicador Social do Desenvolvimento dos Municípios (ISDM). Desenvolvido pela FGV-SP, e o indicador traz uma realidade complexa.

O ISDM é baseado em cinco dimensões Habitação, Renda, Trabalho, Saúde/Segurança e Educação. O indicador foi calculado para os anos de 2000 e 2010, a partir de dados do IBGE, Ministério da Saúde e Ministério da Educação.

O indicador é construído de maneira a evidenciar o nível de desenvolvimento do município. Na forma como o ISDM é calculado, a “nota” do município representa seu desempenho, em relação ao desempenho médio do Brasil para o mesmo período. Isto é, a “nota” é relativa e varia em função da performance do município comparada com a performance média de todos os municípios brasileiros. O valor do indicador varia de 0 a 10 e quanto maior o seu valor, maior o desenvolvimento (informações técnicas disponibilizadas pelo Centro de macroeconomia aplicada da FGV).

### **A Educação no Brasil, ainda um pré-requisito inibidor do desenvolvimento do país.**

Informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseadas no Cadastro Nacional de Empresas de 2011, demonstram que os assalariados com nível superior receberam em média 219% mais que os que não tinham essa formação. O salário médio do grupo com nível superior foi de R\$ 4.135,06 e o do pessoal sem nível superior foi de R\$ 1.294,70 (tabela 1).

O percentual de trabalhadores com nível superior, por sua vez, cresceu para 17,1% do total de assalariados em 2011, frente a 16,5% no ano anterior.

Mas o crescimento do número de trabalhadores com nível superior não é uma realidade equânime no país. O baixo índice de pessoas com nível superior no país acaba tornando a educação no país uma grande perpetuadora das desigualdades de renda.

**Tabela 1: Tabelas com variáveis de escolaridade**

	Salário Médio Mensal Real					
	2009	2010	2011	2010/2009	2011/2010	2011/2009
Salário médio – com nível superior	4.083,63	4.109,31	4.135,06	0,6%	0,6%	1,3%
Salário médio – sem nível superior	1.262,37	1.268,47	1.294,70	0,5%	2,1%	2,6%

Fonte: IBGE - Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011

As diretrizes para educação no Brasil são recentes, aparecem pela primeira vez na constituição de 1946 e somente em 1967 a faixa etária obrigatória passou para 14 anos, conforme relatado por Santos (2012).

Mais recentemente, Deitos (2010) resume as alterações das políticas públicas e suas constantes mudanças, as metas pós-Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - lei Federal nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação, de 2001, a Conferência Nacional de Educação - CONAE, com proposições para 2011 e 2014.

Agora em vigor o Plano Nacional para Educação 2011/2020 tem segundo o Ministério da Educação como principais objetivos a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, e a democratização da gestão do ensino público.

Como podemos acompanhar a discussão torna-se histórica, em 2002 o Banco Mundial colocava em seu relatório Brasil: Justo, competitivo e sustentável, p.20 :

” O recente progresso no ensino foi notável, embora tenha partido de uma situação relativamente difícil com taxas de matrícula e qualidade de ensino relativamente baixas. As taxas de matrícula nas escolas de ensino médio, embora tenham melhorado significativamente, ainda representam hoje a mais óbvia deficiência em relação aos índices internacionais, afetando tanto a equidade quanto a produtividade. As políticas educacionais poderiam enfatizar não apenas o sistema de ensino médio, mas também a qualidade da educação fundamental, pois a conclusão dessa etapa faz parte do desafio.”

Um dos movimentos para mudança no panorama educacional no país, foi a implantação de políticas de avaliação de larga escala. Bonamino e Souza (2012) resgatam o histórico: a partir de 1991 com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 2005 com a Prova Brasil que em 2007 passou a integrar o Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O objetivo destas avaliações é servir como base para o governo traçar metas educacionais a serem alcançadas por escolas e redes estaduais e municipais. Além das avaliações da União, diversos estados possuem sistemas próprios de avaliação, como São Paulo com o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) que foi implantado em 1996.

Mas não somente a gestão é a responsável pela melhoria da educação, há diversos fatores “em jogo”, Setúbal (2010) cita quatro: (1) articulação entre a educação, as políticas sociais e os equipamentos públicos nos territórios; (2) currículos e metodologias mais adequados ao mundo contemporâneo e à realidade escolar; (3) apoio pedagógico e acompanhamento próximo dos alunos com maiores dificuldades; (4) o professor no centro da educação de qualidade.

Foi esta complexidade e a importância do tema que nos levou a buscar indicadores que expliquem a evolução da educação no país e quais são mais importantes, para aprimorarmos a gestão. Pois hoje, conforme Lopes, Sachs e Dowbor (2013), não nos falta recursos, mas instrumentos para utilizá-lo de forma mais organizada.

### **A educação e a renda**

Apesar dos inúmeros problemas ainda persistentes, incentivos e investimentos realizados pelo governo, principalmente após a constituição de 1988, produziram resultados. A taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais, passou de 13,3% em 1999 para 8,6% em 2011 (Fonte: IBGE – PNAD 1999/2011) e a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental que em 2006 era de 28,6% e em 2010 passou para 23,6% (Fonte: Mec/Inep – Deed).

A universalização da escola é uma realidade, segundo dados do IBGE a taxa de escolarização das pessoas de 4 anos ou mais de idade em 2011 no país foi de 98,2%, mas o índice de evasão e qualidade do ensino contribui para continuarmos com indicadores críticos na educação.

Castro (2009) demonstra a partir de dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios que a renda é fator determinante no número de anos estudados. Segundo o autor o PNAD de 2007 aponta o dobro de anos entre a faixa da população mais rica e a mais pobre.

Transcorridos seis anos desde a análise do PNAD 2007 a situação de desigualdade persiste, conforme relatado na tabela 2.

Tabela 2: Anos de estudo e renda nas regiões brasileiras

<b>Região</b>	<b>Anos de estudo (1)</b>	<b>Rendimento (2)</b>
Norte	6,6	659
Nordeste	6,0	579
Sudeste	7,8	1.088
Sul	7,6	1.069
Centro-Oeste	7,5	1.111

(1) - Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, PNAD 2011.

(2) - Rendimento médio mensal per capita real dos domicílios particulares permanentes, com rendimento, PNAD 2011.

Fonte: IBGE

### **Metodologia e Resultados**

O Indicador Social do Desenvolvimento dos Municípios, ISDM, tem como objetivo identificar a evolução de cada um dos 5.565 municípios do Brasil contemplando cinco dimensões: Habitação, Renda, Trabalho, Saúde/Segurança e Educação.

O foco deste artigo é a dimensão Educação com suas respectivas variáveis relacionadas na Tabela 4.

Tabela 4 – variáveis que compõem o índice Educação no ISDM

<b>Variáveis da Dimensão Educação</b>		
Índice	E	Índice da dimensão Educação
1	frcre	Índice de crianças de zero a três anos que frequentam creche
2	frpre	Índice de crianças de quatro a seis anos que frequentam pré-escola
3	alf8	Índice de crianças de 8 ou 9 anos alfabetizadas
4	alf10	Índice de adolescentes de 10 a 14 anos alfabetizados
5	fr7	Índice de crianças de 7 a 14 anos que frequentam escola
6	ade7	Índice de crianças de 7 a 14 anos na série adequada para sua idade
7	ideb5	Índice transformado na escala Ideb de proficiência Agregado para a quarta série do Ensino Fundamental (5º ano EF) (valores de 0 a 10)
8	ideb9	Índice transformado na escala Ideb de proficiência Agregado oitava série do Ensino Fundamental (9º ano EF)
9	fr15	Índice de crianças de 15 a 17 anos que frequentam escola
10	alf15	Índice de jovens de 15 a 17 anos alfabetizados
11	alf18	Índice de indivíduos com mais de 18 anos alfabetizados

Observação: Valores “faltantes” – foram preenchidos com a média ponderada pela população-alvo de cada indicador para a mesorregião à qual o município com informação faltante pertence.

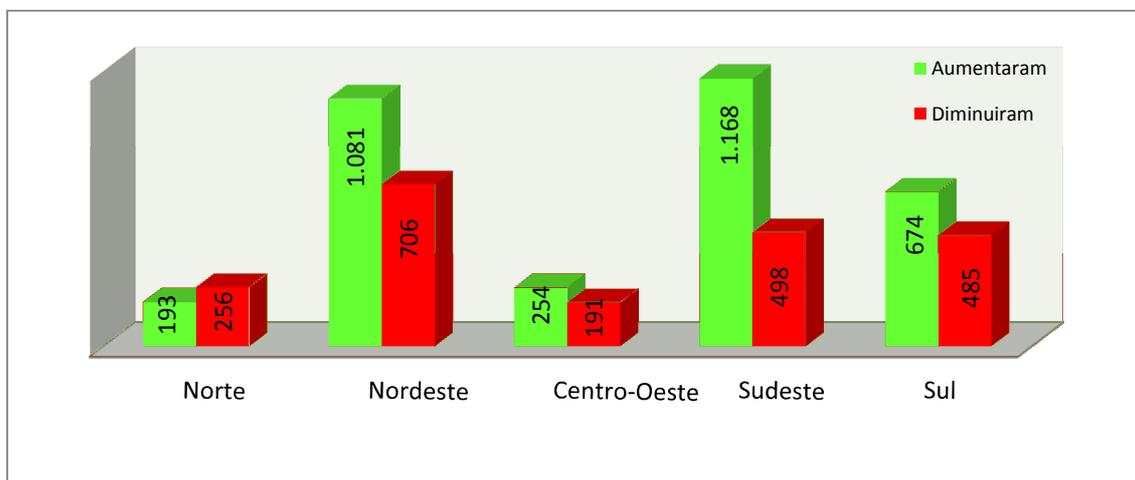
O ISDM teve como base dois períodos, 2000 e 2010, com dados dos 5.565 municípios brasileiros, neste artigo utilizaram-se os dados de 5.506 municípios, somente os que existiam em ambos 2000 e 2010 e não inclui Brasília.

### **O ISDM – Comportamento do Indicador nas regiões brasileiras**

Em uma primeira comparação entre os períodos de 2010 e 2000, verificamos que 2.136 (39%) dos municípios tiveram diminuição no ISDM e 3.370 (61%) dos municípios os valores foram maiores ou iguais. Mas este comportamento não foi similar entre as regiões, como demonstrado no Gráfico 1. A região Norte apresentou o pior desempenho com 57% dos

municípios diminuindo o ISDM enquanto a região Sudeste apresenta o melhor desempenho, com 70% dos municípios aumentando o ISDM no período.

Gráfico 1 – Número de municípios que aumentaram e diminuíram o ISDM entre 2000 e 2010 por região geográfica

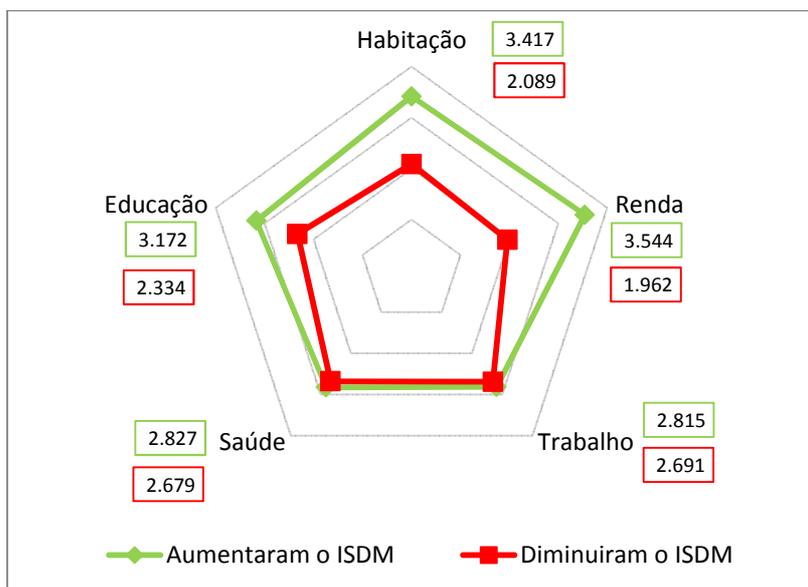


Focando nas dimensões que compõem o ISDM, o gráfico 2 representa o número de municípios que aumentaram (verde) e diminuíram (vermelho) o valor do indicador em cada dimensão.

O melhor desempenho foi em Renda, 64% dos municípios melhoraram, seguido por Habitação com 61%. As dimensões Trabalho e Saúde, tiveram o pior desempenho, com praticamente metade dos municípios diminuindo o indicador.

Educação melhorou em 58% dos municípios, mas 42% deles obtiveram valores menores na dimensão. Como partimos do pressuposto que educação altera as condições de saúde e trabalho, melhorando este indicador teremos um desempenho melhor em mais municípios.

Gráfico 2: Número de municípios que aumentaram ou diminuíram o ISDM em 2010 em relação ao valor de 2000 por dimensão



## **Técnicas estatísticas**

No presente artigo foram analisadas as relações entre as onze variáveis da dimensão Educação, descritas na tabela 4, no período de 2000 e 2010; bem como foram utilizados modelos de Regressão Stepwise, testes Anova, Análise de correspondência e Arvore de classificação, para determinar as variáveis que tem mais impacto na avaliação da Educação no país. Na sequência a descrição dos resultados obtidos.

## **Relação entre as variáveis da dimensão educação**

### **1. Correlação**

Primeiramente analisou-se as correlações entre o indicador educação e as onze variáveis que o compõem. A tabela 5 relaciona as variáveis da dimensão educação com a maior correlação em cada período.

Tabela 5 – maiores correlações – Índice Educação x variável.

Variável	Correlação Período 2000	Correlação Período 2010
alf8	0,970	0,961
alf10	0,945	0,914
ade7	0,912	0,813
alf18	0,912	0,864

Obs. p-values < 0,000 em todos os casos

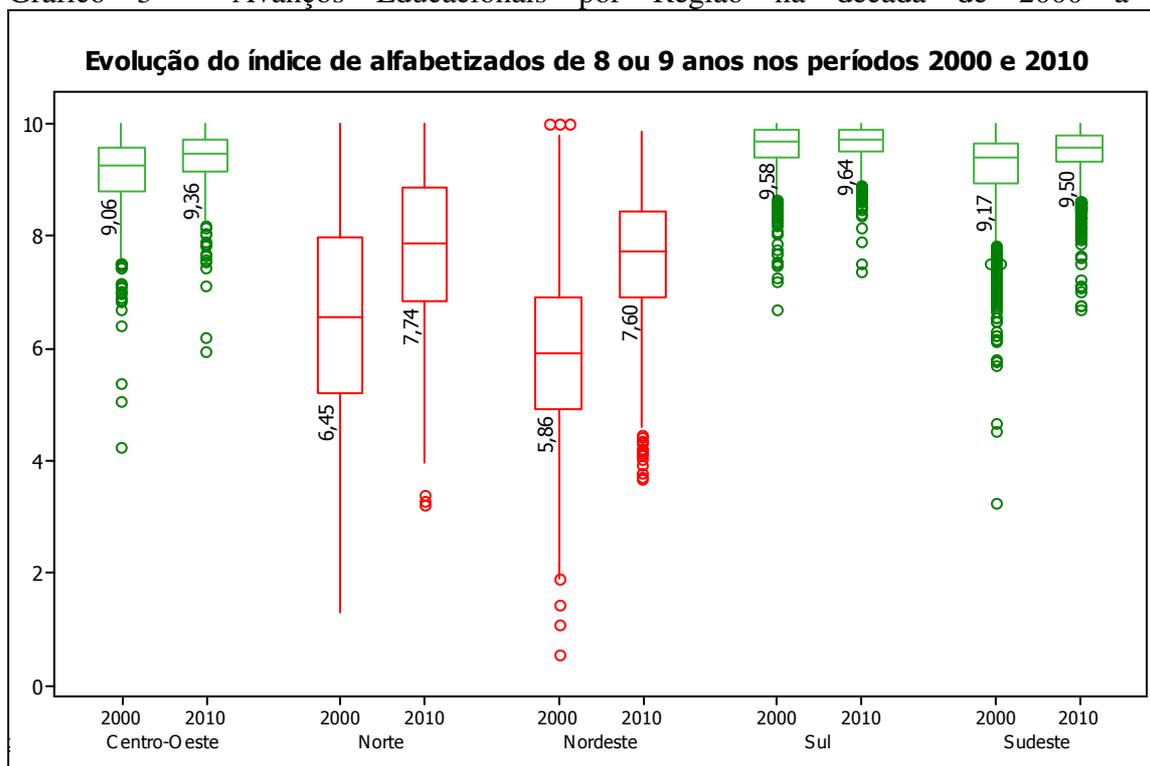
As alterações nas correlações, entre os períodos, parecem evidenciar o resultado de políticas e investimentos realizados nestes 10 anos onde a universalização da escola, a diminuição da taxa de analfabetos são realidades, mas onde a qualidade e evasão ainda são questões não solucionadas.

### **2. Regressão Stepwise**

Os resultados do modelo de Regressão Stepwise, realizado para localizar possíveis variáveis com mais impacto no Indicador Sintético de Educação, demonstram a grande relevância da variável alf8 (índice de crianças de 8 ou 9 anos alfabetizadas) que explica 94,02% do comportamento deste indicador no país.

Analisando a evolução das regiões para a variável alf8 - índice de crianças alfabetizadas com 8 ou 9 anos, verificamos ainda: uma melhoria nas médias de todas regiões (assinaladas no gráfico 3), sendo as mais significativas das regiões Nordeste e Norte que aumentaram a média, respectivamente, em 29,7% e 20,0% no período de 2000 a 2010. Sendo que essas regiões também apresentam maior variação de resultado entre os seus municípios (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Avanços Educacionais por Região na década de 2000 a 2010



Outro ponto importante é o número de municípios onde o índice está muito abaixo do restante da região (os outliers). Nas regiões Norte e Nordeste, onde houve uma melhora significativa do índice, a maioria dos municípios acompanhou o crescimento, apenas três (0,7%) na região Norte e quinze (0,8%) na região Nordeste ficaram muito abaixo em relação aos outros municípios.

Nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, houve uma melhora na média e na dispersão, diminuindo o número de municípios com valores muito abaixo da média da região. A região Sudeste apresentou o melhor índice de melhoria, 104 municípios em 2000 para 73 municípios em 2010, com melhora na média de 3,7% no período.

Uma característica importante na avaliação destes municípios com média muito baixa é o tamanho da população, apenas um município tem mais de 50 mil habitantes. Na tabela 7 estão a média populacional destes municípios.

Tabela 7 – Número de municípios onde o índice de alfabetização de crianças com 8 ou 9 anos está muito abaixo do restante da população da região

Número de municípios	2000	2010	Média populacional 2010
Norte	0	3	13.434
Nordeste	5	15	11.297
Centro-Oeste	22	17	8.319
Sul	33	34	8.626
Sudeste	104	73	11.448

### 3. Anova

Através de testes Anova, para as 11 variáveis e o índice de educação em 2010 – período mais próximo as atuais demandas, verificamos que as variáveis: alfabetizados com 8 ou 9 anos (alf8), índice da educação (E), alfabetizados com 18 anos ou mais (alf18), e índice no Ideb no 5º ano (ideb5) são, nessa ordem, as mais significativas para diferenciar as regiões.

Tabela 8: Testes Anova de Comparação Regional para o índice de Educação e as 11 variáveis que o compõem.

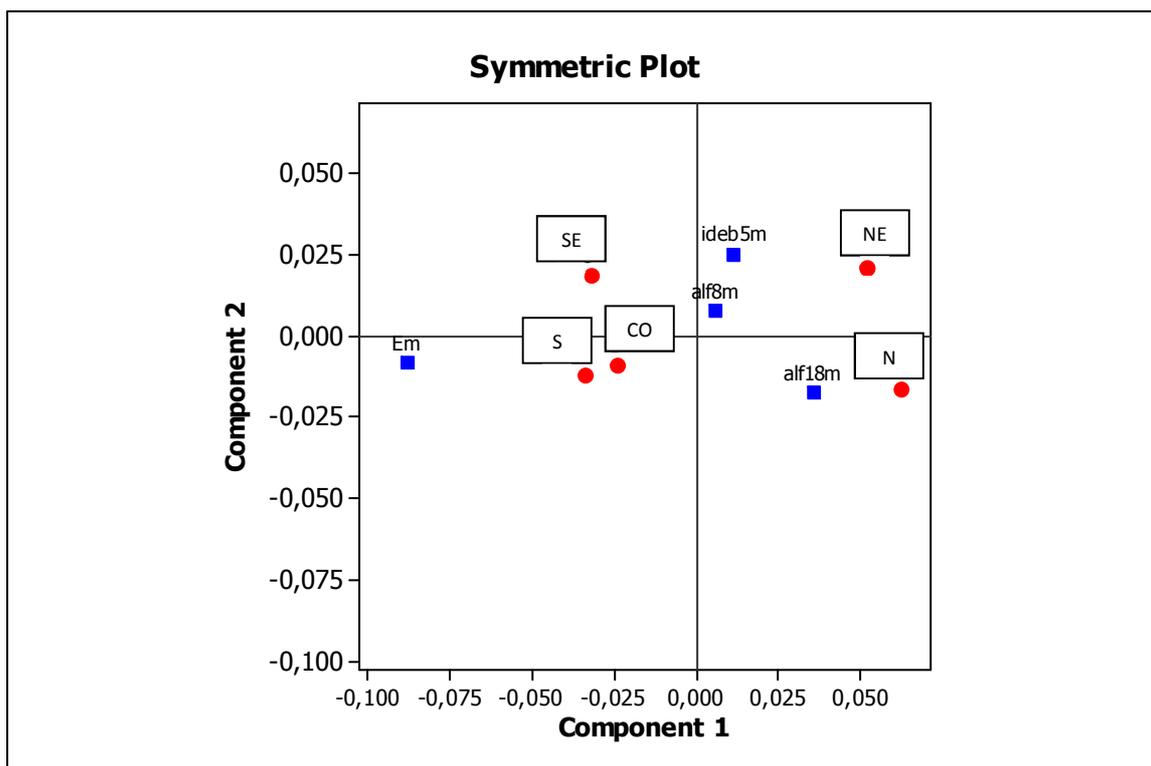
Variável	Valor F	Valor P
<b>alf18</b>	2,528,4	0,000
<b>E</b>	2.495,00	0,000
<b>alf8</b>	1.922,24	0,000
<b>ideb5</b>	1.895,99	0,000
ideb9	1.231,89	0,000
alf10	1.194,01	0,000
ade7	564,14	0,000
fr7	212,34	0,000
frcre	99,37	0,000
fr15	18,04	0,000

O teste também reflete baixa importância relativa da variável fr15 - Índice de jovens de 15 a 17 anos alfabetizados.

### 4. Análise de correspondência

Na sequência uma análise de correspondência foi aplicado para a médias das quatro variáveis mais representativas em cada região (alf18m, Em, alf8m, ideb5m) e obtivemos 80,71% de representatividade (explicação) da componente 1 e 11,38% da componente 2. No gráfico 4 novamente se confirma a “divisão” do Brasil em 2: Nordeste+Norte, Sul+Sudeste+Centro-Oeste. Sinaliza-se também a importância da variável alf18 (alfabetizados com 18 anos ou mais) como diferencial para “separar” as regiões Norte e Nordeste.

Gráfico 4 – Resultado da Análise de correspondência simples



## 5. Análise das regiões – escala de disparidade

Analisando os municípios com base nas duas variáveis, alf8 - crianças alfabetizadas com 8 e 9 anos e alf18 - alfabetizados com 18 anos ou mais, calculamos um índice de disparidade em cada estado nas duas variáveis. O índice assume valores entre 0 e 1 e quanto mais próximo de 0 menor a disparidade do estado, e o inverso, quanto mais próximo de 1 maior a disparidade no estado.

Descrito no gráfico 5, o índice de disparidade nas regiões, sinaliza onde há menor homogeneidade entre os municípios que compõem o estado, indicando a definição de políticas educacionais diferenciadas por municípios.

A maior disparidade acontece no estado de Minas Gerais, nas duas variáveis em análise.

Analisando as variáveis no estado temos:

Minas Gerais = 853 municípios

Pessoas alfabetizadas com 18 anos ou mais: em 766 municípios existem mais de 85% da população nesta faixa etária alfabetizadas, enquanto em 87 municípios o índice é menor que 85%. Há município onde apenas 60% da população, nesta faixa etária, está alfabetizada.

Rio Grande do Sul = 467 municípios

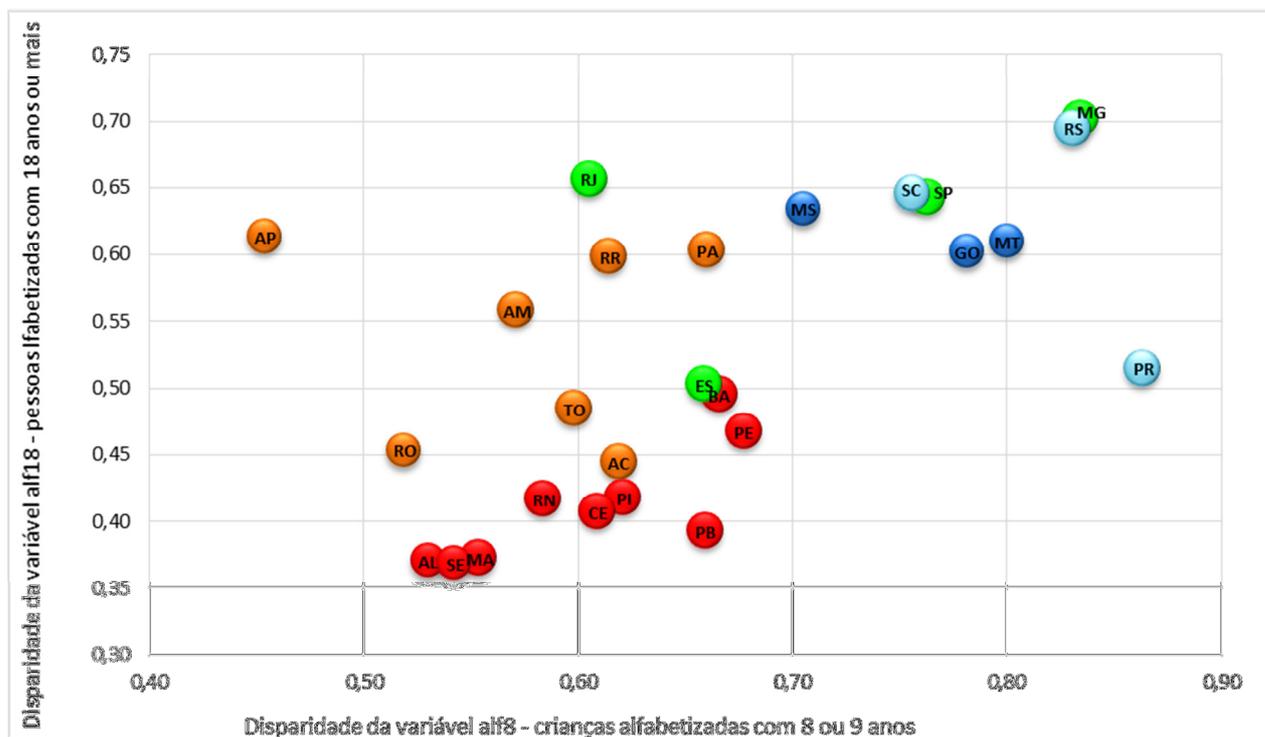
Pessoas alfabetizadas com 18 anos ou mais: em 378 municípios existem mais de 90% da população nesta faixa etária alfabetizadas, enquanto em 89 municípios o índice é menor que 80%. Há dois municípios onde 80% da população, nesta faixa etária, está alfabetizada.

Paraná: 399 municípios

Crianças alfabetizadas com 8 ou 9 anos: em 389 municípios, o índice de alfabetização é de 90% ou mais da população netas faixa etária, mas em 13 municípios este índice é inferior a 90%, chegando a 85% em dois municípios.

Os estados com baixa disparidade encontram-se mais homogêneos, necessitando de políticas abrangentes.

Gráfico 4 – Percentual de municípios com índice maior nas variáveis que a **média da região**



## Conclusões

As diferenças na dimensão Educação, levantadas pelo índice do ISDM, mostram o desenvolvimento da área educacional do país indicando problemas na qualidade de ensino e diferenças regionais. As realidades são diferentes e precisam de olhares locais, e incentivos direcionados.

Observando o índice de investimento público por aluno na educação no período, verifica-se a discrepância de valores, enquanto a educação universitária, em 2010, teve investimento direto por aluno de R\$ 17.972, no ensino fundamental nos anos iniciais este valor foi de R\$ 3.859 (INEP/MEC, 2013)

Considerando que a educação fundamental (alfabetizados com 8 e 9 anos e nota no Ideb no 5º ano) são as mais representativas na dimensão Educação, o país precisa repensar a distribuição das verbas destinadas a educação.

O incentivo do Programa Bolsa Família, onde o compromisso de manter os filhos na escola, é um dos pré-requisitos para receber o auxílio, incentivou a entrada e permanência na escola.

Em 2013, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social, 25% em média da população dos estados está inscrita no programa. O Programa Bolsa Família foi implantado em 2003, e os índices de frequência, como demonstrado progrediram, mas a qualificação ainda deixa margens para o trabalho.

O Plano Nacional de Educação 2011/2020 prevê que o investimento em educação até 2020 seja de 10% do PIB. Segundo dados do MEC, em 2011, o investimento foi de 5,3%. Mas o problema da educação não se resume em verbas, como demonstrado pelo estudo, a desigualdade entre as regiões e nos estados exige um trabalho de gestão estratégica, administrando as diferentes realidades. Dowbor (2009) no documento Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local relata ações que podem ser desenvolvidas para intensificar um desenvolvimento local sustentável e trabalhar as diferentes realidades do país.

A demografia brasileira evidencia que o país vive até 2025, conforme demonstra Alves (2008), uma janela de oportunidade demográfica; mas para que ela gere aumento de produtividade e avanço econômico é necessário que essa geração que entre 2020 e 2025, estará em idade ativa (de 15 a 64 anos) esteja bem preparada. E o preparo depende fortemente de uma boa educação.

E também não podemos deixar de enfatizar que a população que terá 15 anos em 2020, já nasceu e já frequenta, ou deveria, a escola.

A educação deve ser pensada a médio e longo prazo lembrando que os principais indicadores de qualidade da educação não tem apresentado melhora no mesmo nível que os investimentos cresceram, gastar pouco e gastar mal é o pior dos mundos que podemos ter. Neste sentido, Matias-Pereira (2009, apud KANUFRE E REZENDE, 2012) destacam a necessidade da administração pública estar bem estruturada para agir com efetividade e atender às demandas da sociedade.

Morin (2010) já dizia que a educação é ao mesmo tempo transmissão do antigo e abertura da mente para receber o novo. É neste sentido que a análise caminha, demonstrando a importância da educação fundamental e a natural dificuldade que municípios menores e pouco desenvolvidos tem para melhorá-la.

A discussão é ampla e o objetivo deste artigo foi identificar quais os pontos críticos nas decisões sobre investimentos em educação. Investimentos na educação fundamental e diminuição do índice de adultos analfabetos, são primordiais para o país aprimorar-se, além da necessidade de planos de apoio a pequenos municípios que estão claramente em situação crítica na dimensão Educação.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, J.E.D.; **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial; 2008.

BACHA, E. **Belíndia 2.0**. São Paulo: Civilização Brasileira; 2012.

BANCO MUNDIAL. **Brasil: Justo, Competitivo, Sustentável**. Washington, D.C., 2002.

BANCO MUNDIAL. **O Estado num mundo em transformação. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997.** Washington, D.C., 1997.

BONAMINO, A; SOUSA, S.Z.; **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

CASTRO, J. A. **Evolução e desigualdade na educação brasileira.** Educação Social, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 673-697, out. 2009 697. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 jul. 2013.

CENEVIVA, R. **Accountability: novos fatos e novos argumentos – uma revisão da literatura recente.** Encontro de Administração Pública e Governança [EnAPG],2006, São Paulo. Anais...São Paulo: EnAPG, 2006.

CENTRO DE MICROECONOMIA APLICADA FGV/SP. **Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM).** Disponível em <http://cmicro.fgv.br/events>, Acesso em: jun. 2013.

DOWBOR, L. **Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local.** Disponível em <http://dowbor.org/2009/03/politica-nacional-de-apoio-ao-desenvolvimento-local-doc-mar-2009.html/>. Acesso em: jul. 2013.

LOPES, C.; SACHS I; DOWBOR, L. **Crises e oportunidades em tempos de mudança.** Disponível em: <http://dowbor.org/2013/05/crises-e-oportunidades-em-tempos-de-mudanca-jan-2.html/>. Acesso em: jul. 2013.

DEITOS, R.A. **Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos.** Acta Scientiarum. Education (UEM), v.32 (2), p. 209 - 210, jul. 2010.

GAMARNIKOW, E. **Educação, (in)justiça social e direitos humanos: combatendo desigualdades na globalização turbocapitalista.** Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 52, jan.-mar. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: jun. 2013.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em:[http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao-despesas\\_publicas-p.a.\\_precos.htm](http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao-despesas_publicas-p.a._precos.htm). Acesso em: jun. 2013.

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Documentos da Presidência (Marcio Pochmann). **Pobreza, desigualdade e políticas públicas.** Comunicados da Presidência. Brasília: IPEA (Boletim, n. 38), 2010.

KANUFRE, R.A.M. e REZENDE, D.A. **Princípios da gestão orientada para resultados na esfera municipal: o caso da prefeitura de Curitiba.** Revista de Administração, São Paulo, v. 47, n. 4, p.638-652, out./nov./dez. 2012.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2.ed. Brasília: Unesco, 2010.

SALVATO, M.A.; FERREIRA, P.C.G. DUARTE, A. J. M. **O Impacto da Escolaridade Sobre a Distribuição de Renda** - Est. econ., São Paulo, v. 40, n. 4, p. 753-791, out.nov.dez. 2010.

SANTOS, A. M. **Política educacional no Brasil**. Professare, Santa Catarina, v.01, n.1, 2012.

SETÚBAL, M. A. **Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos?** Revista Brasileira Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 91, n. 228, p. 345-366, mai./ago. 2010.